

Relatório da Audiência n.º [37-COFMA-XIII](#)

Dia: 13 de novembro de 2017

ENTIDADE: PROBEB - Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes Não Alcoólicas

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2018*

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Inês Domingos (PSD);
- Ricardo Leão (PS);
- João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira, deu as boas vindas aos representantes da PROBEB, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

Na sua intervenção inicial, a PROBEB destacou que já foi possível reduzir as taxas de açúcar nas bebidas, como reação ao imposto, num montante global de 4200 toneladas de açúcar. Defendeu que o efeito se esgota agora e que a Associação propôs já uma isenção no escalão abaixo de 50 gramas por litro, idêntica ao que vai ser adotado no Reino Unido, tendo o Secretário de Estado da saúde sugerido que a isenção se limitasse a valores abaixo de 25 gramas por litro.

A PROBEB alertou ainda para a quebra do consumo e para possíveis evasões fiscais relacionada com a importação de produtos estrangeiros.

Em sede de debate, a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) declarou que as propostas da PROBEB são muito concretas e considerou as críticas razoáveis, opinando no sentido de que o Ministério das Finanças não aceitará alterações dado precisar das receitas. Afirmou que o PSD não concorda com o excesso de impostos na economia, uma vez que prejudica os cidadãos de menores recursos, não querendo tal significar que não concorda com a redução do teor de açúcar nas bebidas, congratulando-se com o esforço desenvolvido nesse sentido pelas empresas e sustentando que faz sentido que estas sejam recompensadas por esse esforço.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) também agradeceu a apresentação de propostas concretas e sublinhou que o imposto teve um impacto positivo, informando que o PS vai analisar as propostas em questão e ponderar a sua pertinência. Solicitou mais esclarecimentos sobre a alegada fuga de tributação.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) enfatizou que o CDS-PP está contra quaisquer impostos “de gosto”, notando que há uma constante alteração da legislação fiscal, defendendo-se depois a estabilidade fiscal – crítica extensiva ao governo de que fez parte. Considerou este imposto oportunista, dado que resulta de olhar par ao mercado e ver as áreas de negócio onde se pode angariar receita, sob a capa de defesa da saúde. Aditou que taxar produtos sem teor de açúcar é surreal.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) perguntou se, caso se avançasse com a proposta, haveria um alargamento da base tributária, uma vez que há lugar a perda de receita.

A PROBEB declarou discordar do imposto e que o impacto da redução do teor de açúcar é menos significativo do que se poderia pensar, notando ainda que o impacto na saúde pública é desconhecido – ainda que, existindo, deve haver um foco na redução do teor de açúcar e não no aumento da receita. Ainda neste ponto, adiantou que a perda de receita corresponderia a cerca de dez milhões de euros. Relativamente à questão da fuga tributária, não têm quantificados valores, embora denunciem as situações quando têm conhecimento das mesmas, e recordou que Espanha, para além de não ter previsto este imposto, tem uma taxa de IVA de 10% nestes produtos, e não de 23%.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela PROBEB, defendendo que ter mais informação é sempre positivo para que se tenha um debate também técnico – para além do ideológico – e que frisou que no próximo processo orçamental sugerirá que as audiências se efetuem antes das audições dos membros do Governo, dando depois por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 13 de novembro de 2017

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira